

Fontes d'água: sítios históricos para pensar sobre o processo de formação do atual núcleo de moradia da comunidade quilombola de Galeão, Cairu (BA)

Fabio Guaraldo Almeida & Sílvio Campos

Resumo

O presente artigo aborda a trajetória histórica da comunidade quilombola de Galeão durante o período pós-abolição, quando a política hegemônica do Estado brasileiro procurou invisibilizar e absorver essa população, cada vez mais presente e numerosa, que ameaça a imagem branca e católica da sociedade. As novas estratégias usadas pelos quilombolas para ampliar seus espaços de sociabilização e sua visibilidade cultural não são contadas nos livros e não existem relatos escritos. Nesse sentido, a arqueologia e a história oral assumem uma posição de destaque. Para tanto, a arqueologia desenvolvida na comunidade quilombola de Galeão, no litoral baiano, parte da perspectiva da arqueologia da paisagem para entender as fontes de captação e uso d'água enquanto sítios arqueológicos carregados de traços simbólicos das atividades e espacialidades da população africana e afrodescendente. Enquanto tal, apresentam-se como marcos paisagísticos para contar o processo de formação da atual comunidade quilombola de Galeão.

Abstract

This article discusses the history of the community Galeão quilombola during the post-abolition period (from 1888 onwards) when public policies of the Brazilian government neglected this increasingly influent and numerous black population, which was regarded as threatening the the white and Catholic image of society in the period. The new strategies used by quilombolas to widen their spaces of sociability and cultural visibility are not registered in books, and there are no known written narratives. In this sense, archaeology and oral history acquire a prominent place. Thus, the archaeology developed in the quilombola community of Galeão, on the coast of the state of Bahia, focuses on landscape archaeology to understand the sources and uses of water, as archaeological sites where activities and socialization of the population of African descent occurred, which helps to understand the process of formation of the current quilombola landscape of the community of Galeão.

Poucos trabalhos no Brasil se debruçam sobre a história de comunidades afro-brasileiras após a escravidão. Historiadores e antropólogos (Almeida, 1998; Costelluci Junior, 2010; Fraga Filho, 2006; Gomes, 2015; Gusmão, 1995; Leite, 2008) argumentam que no período pós-abolição existiu uma política hegemônica de assimilação e, ao mesmo tempo, de apagamento da memória dessa população. O regime republicano instaurado no país promoveu uma forte perseguição às manifestações culturais das formas de saber e conhecimentos da população africana e afrodescendente. As políticas públicas existentes nesse período não foram pensadas para garantir a inserção do negro na sociedade livre, cujo processo estava em curso. Ao contrário, elementos que, ao longo da escravidão, haviam sido permanentemente acionados como estratégias de dominação – como o trabalho, a terra e a religião – foram colocados no centro do debate institucional, com recorte racial para preservar os privilégios dos brancos e a exclusão dos egressos da escravidão e seus descendentes (Leite, 2008, pp. 966-968; Martins, 2010, p. 63; Fonseca, 2002, p. 183).

Especificamente sobre as comunidades quilombolas, pairou a falsa ideia de que os assentamentos clandestinos se dissolveram após a abolição, por perderem a razão de ser. Até mesmo os relatórios policiais que combatiam suas práticas e as notícias dos jornais que denunciavam essas populações, deixaram de mencioná-las, reforçando a ideia de seu dissolutivo entre outros grupos excluídos (Gomes, 2015, p. 120). Porém, sabe-se que os quilombolas não desapareceram, ao contrário, eles construíram particularidades de permanência em trajetórias históricas diversas. Alguns grupos permaneceram unidas no local de origem – seja nos antigos quilombos ou nas terras ocupadas dentro das fazendas, após o abandono dos proprietários falidos –, outros migraram para alhures, onde ocuparam áreas de antigas fazendas ou vilas abandonadas, compraram pedaços de terras ou as receberam como doação ou pagamentos de serviços prestados ao Estado, ou ainda ocuparam terras devolutas da igreja (Almeida, 1998, p. 15; Gusmão, 1996). Isto é, as atuais comunidades autodenominadas remanescentes de quilombolas no Brasil não se restringem aos assentamentos de escravos fugidos durante o período da escravidão, mas incorporam grupos formados por diferentes processos históricos, alinhados às estratégias próprias de resistência que continuaram sendo requeridas frente às investidas das políticas racistas e hegemônicas do Estado, no período pós-abolição (Gomes, 2015, p. 123).

Segundo Neusa Gusmão, a história oficial da nação desconsidera os quilombolas como agentes sociais produtores de historicidade, por isso, ignora, propositadamente, os efeitos da escravidão na sociedade brasileira. Frente à “invisibilidade” resultante dessa ideologia excludente, uma das estratégias de resistência quilombola foi, e permanece sendo,

o uso da oralidade como forma de transmissão dos conhecimentos, saberes e ofícios, enquanto forma de saber fazer (Gusmão, 1995, p. 128). Nesse cenário, as histórias orais, os relatos históricos e os sítios arqueológicos tornam-se fontes privilegiadas para os estudiosos entenderem as trajetórias destas comunidades até os dias atuais (Agorsah, 1999; Pearson, et al, 2011).

Ao investigar os sítios onde as atividades diárias dessas pessoas ocorriam, os arqueólogos e arqueólogas têm acesso às fontes produzidas pelos seus próprios agentes, e interpretadas como patrimônio cultural pelos seus descendentes diretos (Price, 1996). Desta forma, a Arqueologia se destaca entre as ciência estruturadas para contribuir com a construção da história desses segmentos sociais tidos como menos selvagens desprovidos de historicidade, como ocorre com as população quilombola. Atualmente, além desses grupos utilizarem da arqueologia para que suas histórias sejam reconhecidas nacionalmente (Ferreira, 2011), eles reclamam também pelo reconhecimento, valorização e preservação de seus patrimônios históricos, incluindo os lugares significativos, as paisagens reconhecidas e os territórios habitados (Funari, 2008).

Dito isso, este artigo apresenta a história de formação da atual comunidade de Galeão, autorreconhecida como quilombola, localizada na ilha de Tinhare, atual município de Cairu, no litoral do estado da Bahia. A partir da perspectiva arqueológica da paisagem, uma pesquisa interdisciplinar entre arqueologia, história, etnografia e geoprocessamento foi desenvolvida para analisar a distribuição e toponímia dos sítios arqueológicos existentes na antiga vila de Galeão. Os sítios são compostos por igrejas do século XVII, áreas de moradia dos séculos XVIII e XIX, estruturas remanescentes de casa senhorial do século XIX, pela atual distribuição das casas e bairros do quilombo, além das atuais fontes d'água que se apresentam como marcadores da temporalidade da paisagem desde o século XVIII. Neste sentido, não defino sítio arqueológico por sua ordem jurídica. Antes disso, pauto minha definição pela ideia de materialidade, a qual elucida memórias e permite tecer narrativa histórica aos lugares (Miller, 2005). Procuo superar com isso, a noção de objeto-artefato e incluir perspectivas semióticas de apropriação, simbolização e transformação de coisas, elementos (incluindo abiótico), lugares e paisagens pelos diferentes grupos humanos (Ingold, 2010).

Para tanto, uma parceria entre a comunidade científica e a comunidade quilombola foi estabelecida, proporcionando uma pesquisa arqueológica colaborativa, cujos autores do presente artigo são os principais responsáveis. Através das informações coletadas nas

histórias orais das pessoas mais velhas da comunidade e do mapeamento de sítios arqueológicos entendidos enquanto lugares históricos significativos para os moradores locais, os referenciais paisagísticos dos quilombolas foram analisados por meio de métodos de geoprocessamento dos dados. O resultado é apresentado neste artigo na tentativa de tecer pistas sobre a dinâmica trajetória de ocupação, abandono e reocupação dos lugares e sítios que ocorreu antes e depois da abolição e resultou na transformação do que fora uma antiga vila colonial em uma comunidade remanescente de quilombo, autodenominada comunidade quilombola de Galeão.

Arqueologia da paisagem e lugares

Estudos dos fundamentos ontológicos do espaço buscam superar a dicotomia entre sujeito e objeto, sem tornar-se refém de uma subjetividade que não apresenta unidade de análise (Tilley, 1994). A Arqueologia, sendo a ciência que tem o sítio como um dos seus objetos de análise (Binford, 1982), passou a entender a paisagem como abstração sintética capaz de promover uma unidade conceitual possível de confrontar perspectivas, incluindo as não científicas (Darvill, 1999; Lane, 2006). Para além de uma arqueologia funcional preocupada em discutir exclusivamente o sistema de assentamento, com sua dinâmica cartesiana de distribuição espacial dos sítios e de sua materialidade em ambientes neutros e quantificados, a arqueologia da paisagem incorporou em seus estudos a discussão do simbolismo e significados dessas paisagens, bem como o entendimento de seus traços arqueológicos para os atores sociais interessados e envolvidos na pesquisa (Lane, 2008; Stewart et al, 2004).

Entre as pesquisas de arqueologia da diáspora africana nas Américas, a paisagem sempre foi importante unidade de análise para localizar os sítios e contextualizar a cultura material desses povos (Armstrong, 1990; Delle, 1998; Epperson, 2000; Singleton, 2015; Symanski, 2010; 2012). Desde a década de 1960, quando Fairbanks escavou as senzalas da Kingsley plantation, no nordeste da Flórida (Fairbanks, 1984), estudos mostram como é possível pensar a organização espacial própria do interior das fazendas. Hoje em dia as perspectivas de pesquisas sobre o mesmo tema têm se expandido e a organização espacial das próprias senzalas são abordadas a partir da perspectiva de autonomia cultural dos africanos na diáspora (ex. Agostini, 2002; 2013; Costa, 2016; 2017; Singleton, 2015; Souza, 2016; Symanski & Gomes, 2019). Outros temas da materialidade afroamericana incluem o espaço urbano em estudos ligados a religiosidade (Cuddy & Leone, 2008), ao tráfico

transatlântico (Lima, 2013; Lima et al., 2014), às condições de sepultamentos (Holl, 2019; Tavares, 2012), apenas para citar alguns. No entanto, apesar do sucesso dos arqueólogos em recuperar evidências materiais da diáspora africana, antropólogos e arqueólogos argumentam que o patrimônio americano de matriz africana permanece estranhamente ausente da maior parte da literatura histórica, sofrendo constante risco de perda.

Uma das questões que influenciam na problemática invisibilidade é o recorrente não reconhecimento do registro arqueológico associado à população africana nas Américas. Em busca de uma materialidade africana essencialista, muitos arqueólogos negligenciam as evidências dos diversos processos de formação das identidades dos grupos afroamericanos. Para além de um despreparo, este desconhecimento está relacionado à forma colonizada como o conhecimento científico é produzido e transmitido, minando o reconhecimento das diversas possibilidades de sociabilização para além do modo eurocêntrico (Masolo, 2010) e criando espaços de poder hegemônico associados à identidade europeia (Singleton, 2010; Coddy & Leone, 2008).

Na cidade de Annapolis, no estado de Maryland, nos Estados Unidos, Coddy & Leone demonstram como espaços usualmente reconhecidos como lugares de branco, guardam em seu subsolo registros da presença da população originada do continente africano. A partir da parceria colaborativa entre o programa de Arqueologia em Annapolis e instituições e profissionais afro-americanos na cidade, o conhecimento prévio do universo simbólico daquela população, permitiu compreender contextos evidenciados na escavação, cuja relação entre objetos e seus locais de deposição revelam seu significado simbólico. Mais do que reconhecer a simbologia de matriz africana no registro arqueológico, o projeto possibilitou identificar os famosos edifícios da cidade, antes associados à elite branca dominante, como lugares da identidade africana e afro-americana. A partir da pesquisa arqueológica passaram a enxergar o que era apenas visto, mas não compreendido: a evidência de que a cultura material existente nesses lugares é de matriz africana (Coddy & Leone, 2008).

Vale ressaltar que a paisagem enquanto categoria social, carregada de fenômenos temporais e espaciais, não se apresenta de forma homogênea e estática. Visto que diferentes grupos culturais convivem em uma mesma região durante o mesmo período, a paisagem e seus lugares constituídos também envolvem reconhecimento de alteridades (Tilley, 1994), conflitos sociais registrados pelos processos de ocupação (Oliver, 2010), e formas diversas de territorialidade (Zedeño, 2008). Ashmore, ao analisar o sítio Quiriguá, na Guatemala,

conhecido como assentamento dos povos Maia, observa que os lugares podem adquirir sucessivos significados de uso ao longo do tempo. A biografia dos lugares pode ser reescrita pela associação a novos mitos criados, pela modificação de seus símbolos, pela associação e distribuição de novos elementos, por uma memória seletiva ou pelo distanciamento entre o lugar e seus usuários. Segundo o autor, a biografia dos lugares envolve a percepção seguida da ação de uso dos seus signatários, podendo ser manipulado por um indivíduo, por um fragmento social, por todo o grupo, ou até por mais de um grupo simultaneamente, criando um sentido de continuidade ou ressignificação (Ashmore, 2009).

Da mesma forma, as atuais comunidades quilombolas e seus territórios podem ser compreendidos. Através da perspectiva teórica que reconhece a dialética estruturante das relações entre vetores sociais, os lugares adquirem agência, sendo estruturados e estruturantes das ações sociais. Por não serem estágios passivos, mas sim providos de signos e significados compartilhados, os sítios também podem influenciar as relações e mudanças sociais (Zedeño & Bowser, 2009). Ao explorar a concepção holística dos lugares ou do conjunto de lugares de um território ou de uma vila quilombola, entende-se a paisagem incorporada de biografias ativas, podendo adquirir diferentes significados ao longo do tempo ou simultaneamente. Compreender as diferentes contextualizações da paisagem é entender a codificação cultural dos povos que ocupam esses lugares, para evidenciar os elementos da inter-relação entre pessoas e ambiente físico como processo que leva à formação de uma história de pertencimento e uma identidade de grupo.

A Comunidade Quilombola de Galeão

Como dito, a comunidade quilombola de Galeão está localizada em uma antiga vila de colonos, formada na ilha de Tinharé. A ilha faz parte do arquipélago costeiro homólogo, compreendendo os limites administrativos do atual município de Cairu, no estado da Bahia, ao sul da Baía de Todos os Santos, na região administrativa denominada baixo sul. A vila foi formada no pé do outeiro, onde a igreja dedicada a São Francisco Xavier foi construída no ano de 1624. A igreja possui arquitetura militar, com seteira e paredes largas, voltada para a entrada do estuário e funcionou para proteger a região contra os ataques de corsários holandeses e ingleses, junto com a fortaleza Tapitandu, localizada na ponta norte da ilha (no distrito de Morro de São Paulo), a menos de 15 quilômetros de Galeão.

Indícios arqueológicos encontrados na vila de Galeão e no seu entorno imediato comprovam que o lugar é um palimpsesto contínuo de ocupação, desde a primeira metade

do século XVII até a atualidade (Guaraldo Almeida, 2018). Durante este período, o local adquiriu diferentes contornos, conforme a sucessão de seus habitantes. Porém, assim como outras partes do país, durante todo o período de vigência do sistema escravocrata, Galeão esteve habitado por escravizados e seus senhores, que poderiam ser proprietários de terra ou, até mesmo, pessoas livres que viviam no regime foreiro.

Quando os jesuítas foram expulsos da colônia em meados do século XVIII, a região de Cairu estava em plena ascendência econômica, impulsionada pela extração de madeira comercializada diretamente com a coroa portuguesa e uma variedade de lavouras (Campos, 1981 p. 148). No final do século XVIII, Galeão era o principal povoado da ilha de Tinharé, formado por pequenos proprietários produzindo gêneros alimentícios diversificados, como arroz, milho, café, feijão, cacau, canela, legumes e mandioca, para abastecer o comércio interno, além da contínua extração das madeiras exportadas para a Europa e do zimbo enviado para o Reino do Congo (Dias, 2007, p. 256).

Devido aos abalos sísmicos sofridos na capital portuguesa nos anos de 1731 e 1751, Lisboa demandava grande quantidade de madeira para reconstrução de seu Paço Imperial e outras partes da cidade (Dias, 2016, p. 68). A ilha de Tinharé participou intensamente do abastecimento de madeiras enviadas para a metrópole. Além das madeiras de lei, a ilha produzia estopas e cordoarias retiradas das palmeiras. Esta técnica indígena foi incorporada na produção naval dos colonos para confecção de massa de calafetamento, em substituição às estopas importadas, além de cordoarias utilizadas nos estaleiros locais e enviadas à ribeira das naus em Salvador (Lapa, 1968, p. 87). A presença dos estaleiros em Galeão, com boas madeiras e técnicas de calafetação, atraíam os navios procedentes do reino do Congo, bem como o comércio de cabotagem. Os navios paravam na ilha de Tinharé, para fazerem comércio clandestino, vendendo artigos da carga que transportavam e comprando madeira, farinha, estopa e zimbo, antes de entrarem na Baía de Todos os Santos e aportarem em Salvador (Campos, 1981, p. 117). O resultado deste comércio ilegal dos traficantes em Galeão foi a chegada de um volume crescente de africanos escravizados, a partir da segunda metade do século XVII. Todos os proprietários de terras possuíam em média quatro pessoas escravizadas, sendo que as maiores fazendas ultrapassavam a quantidade de uma dezena de escravizados (Schwartz, 2001, p. 167).

A presença generalizada de africanos escravizados no povoado e fazendas de Galeão resultou, conseqüentemente, em crescentes notícias sobre escravos fugidos e quilombos formados no interior da ilha e na porção das terras continentais limítrofes ao arquipélago. É

certo que a presença de quilombos na ilha de Tinharé remonta ao século XVII e desde então, a região conviveu com a presença desses foragidos mais do que outros lugares da Bahia (Schwartz, 2001, pp. 224-5). Segundo Schwartz, a principal razão da grande concentração de quilombos no baixo sul em detrimento de outras foi sua característica fronteiriça. A distância da capital Salvador e da capital da província de São Jorge de Ilhéus (da qual fazia parte), dificultava possível ajuda militar, tanto para impedir o êxito das fugas como para combater os quilombos já formados.

Documentos históricos do século XIX apontam a presença de “escravos de fora” foragidos no município de Cairu (Correspondências de Juízes, 1830), provavelmente buscando abrigo nos “vários quilombos existentes nas matas” da ilha de Tinharé (Correspondência de Juízes, 1832). Outro documento relata a mobilidade dos quilombolas de Galeão atravessando para o continente onde havia outros quilombos formados (Correspondências de juízes, 1829). Todos estes documentos apresentam a existência de um número significativo de quilombos no interior da ilha durante a primeira metade do século XIX. Aliados a essas informações históricas, sítios arqueológicos correspondentes às sedes das antigas fazendas e engenhos, às áreas de pesca e aos antigos assentamentos quilombolas foram localizados e mapeados no interior da ilha. O conjunto destes sítios configuram a paisagem quilombola da ilha de Tinharé, que deu origem à atual comunidade quilombola de Galeão (Guaraldo Almeida, 2018).

Na sede do município e nas vilas, muitos escravizados conviviam sob o mesmo teto de seus senhores ou em casas e senzalas do tipo cabanas localizadas nas proximidades. Em uma realidade como a de Galeão, onde a maioria dos habitantes eram africanos ou afrobrasileiros, Graham (1992) chama atenção para a vida social desse segmento da população. Segundo a autora, que discute sobre a realidade do Rio de Janeiro no século XIX, a sociabilização de negros e pardos não estava restrita aos espaços confinados de dormitório ou de trabalho, mas ocorria principalmente nos ambientes públicos, nas praças, ruas e largos. Lugares de encontros permanentes ou ocasionais, onde se misturava trabalho e lazer ou o lazer seduzia o trabalhador para um momento descontraído em uma roda de samba, um batuque ou um jogo de capoeira.

As fontes como sítios arqueológicos: lugares significativos da sociabilização da população negra

Um dos lugares de sociabilização da população negra eram as fontes e chafarizes, onde ocorriam a captação e uso d'água utilizada para consumo e trabalho doméstico durante o período colonial e imperial. As fontes eram lugares públicos de trabalho, por isso, frequentados diariamente pelos africanos e afrodescendentes, prioritariamente por escravizados, libertos ou livres bem pobres. Uma das gravuras de Johann Moritz Rugendas registrou o movimento dessas pessoas, em torno de um Chafariz na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1835. A imagem denominada "Carregadores de água", apresenta a predominância de personagens negros descalços (Rugenda, 1835). O único branco na cena é um guarda que tenta separar a briga entre duas pessoas. Devido à grande quantidade de frequentadores diários, membros da guarda municipal eram designados para guardar posto nas fontes e demais pontos importantes de captação d'água das cidades. Suas presenças eram requisitadas para garantir o cumprimento das determinações administrativas municipais e vigiar os "conflitos e outras tantas irregularidades trazendo em sobressalto os moradores locais" (Nunes Neto, 2014, p. 144).

Em Cairu, uma Postura Municipal publicada em sessão ordinária da Câmara em outubro de 1831, enfatizava no Artigo 12 que as funções das fontes tinham que ser respeitadas, "não consentindo que se lavem naquelas que servem para beber" (Posturas, 1831). Quase trinta anos depois, em 1859, outra Postura publicada carregava no Artigo 31 as funções específicas para as fontes da vila sede do município. Por esta Postura, as fontes da Bica, do Sul, e dos Terceiros, ficavam reservadas para o consumo, "nas quais não se poderá lavar roupa, nem outra qualquer coisa, sob pena de 8 reis, ou 12 dias de prisão" (Postura, 1859). Poucos anos depois, esta mesma Postura é novamente publicada, com acréscimo do Artigo 32 sobre as funções das fontes na vila do Morro de São Paulo. Esse artigo, publicado em 1872, designa a fonte localizada "nos fundos do sobrado da Nação" (...) "para lavagem de carnes e entranhas de animais" e proibia "a lavagem de tais objetos e de todo o mais que se considera insalubre, da Fonte Grande à sua nasçença" (Postura, 1872).

Percebe-se que as fontes não eram todas iguais e, conseqüentemente, eram lugares com atividades bem estabelecidas, as quais influenciavam no perfil de seus frequentadores. Nas fontes de água para beber, por exemplo, havia a divisão igualitária de gênero dos praticantes desse serviço. Assim como mostra o quadro de Rugendas, tanto homens quanto mulheres pegavam água em recipientes levados à cabeça para distribuir na cidade. Segundo Costa, os sujeitos responsáveis por coletar água e distribuí-la na cidade eram chamados de "negros aguadeiros". Entre eles existiam os domésticos, que abasteciam as residências

específicas de seus senhores, e os de venda, cuja tarefa era carregar os barris de madeira ou potes de barro com água para oferecer nas ruas e de casa em casa (Costa, 1989, p. 82).

As fontes de lavar, por sua vez, remetem ao ofício das lavadeiras, na maioria mulheres responsáveis por lavar e passar as engomadas roupas do período colonial. A tarefa das lavadeiras não era fácil, envolvia conhecimento e destreza para limpar os tecidos brancos e coloridos sem uso de máquina e produtos químicos. Todo trabalho era feito manualmente, com auxílio apenas da água, do sabão e do sol, nas fontes. “As roupas a secar ou quarar ao sol implicavam longas esperas para as lavadeiras, tempo suficiente para lavar suas próprias roupas ou cuidar de suas crianças, trazidas até o local da lavagem”. O longo período que as lavadeiras dispendiam nas fontes resultava na atualização de todas as informações do vilarejo, no arranjo de novos encontros ou em planos para o futuro. Conforme afirma Graham, “lavar roupa propiciava a oportunidade para a camaradagem” (Graham, 1992, p. 66).

Desta forma, a denominação “fonte” não se restringe as estruturas construídas, devendo ser entendidas como lugares históricos de encontro e sociabilização da população africana e afrodescendente, no período da escravidão e pós. Nesse sentido, enquanto lugares históricos, as fontes podem ser consideradas sítios arqueológicos marcados por estrutura de captação e uso d'água, entre outros possíveis vestígios, que revelam mais do que apenas a necessidade diária de consumo do recurso natural. Conforme veremos com mais detalhes a seguir, enquanto sítios arqueológicos, as fontes são interessantes para pensar a distribuição das áreas de atividades, circulação e sociabilização da população afro diaspórica.

As fontes de Galeão

Em Galeão, as antigas fontes ainda são utilizadas. O sistema de distribuição de água encanada para as residências foi disponibilizado na Vila há cerca de trinta anos, porém o serviço é precário e apresenta falhas periódicas. Para não padecerem da falta de fornecimento de água, os moradores permanecem preservando e utilizando as antigas fontes. Ainda que o crescente adensamento populacional e o processo desordenado de ocupação do solo, nos últimos anos, tenha impactado algumas fontes, a maioria das estruturas foram preservadas, sendo marcos históricos da paisagem colonial da vila de Galeão.

As fontes permanecem conhecidas pelos mesmos nomes de antigamente e com os mesmos usos. Alguns dos nomes indicam as atividades desenvolvidas no local, como, por

exemplo, a Fonte de Beber ou a Fonte de Banhar. Em outros casos, fazem alusão ao antigo proprietário, ou à pessoa responsável pela construção da estrutura. Mas, normalmente, elas são prioritariamente conhecidas por chaves classificatórias com base nas suas funções ou localização. Segundo apurado junto aos moradores e, posteriormente, confrontado com a documentação histórica, existem quatro tipos de classes estabelecidas com base em suas funções. São elas:

1. Fonte de beber: lugares de captação para o consumo de água. Em algumas cidades ou vilas, estas fontes abasteciam pontos de coleta de água em praças públicas, os chamados chafariz;
2. Fontes de gasto: utilizadas para lavar roupa, utensílios e louça, lavar comida, casa e descarga. Quando há possibilidade, algumas casas possuem fonte de gasto em seus quintais;
3. Fonte de banhar: lugar de limpeza, geralmente separadas por gênero. Estes lugares eram diariamente frequentados pelos moradores da vila, tanto adulto quanto crianças;
4. Fonte sagrada: lugar de religiosidade e crença, onde a água é considerada milagrosa. Geralmente estas fontes estão localizadas em locais não muito frequentados ou de difícil acesso.

Quanto às características físicas desses lugares, as fontes são estruturas construídas para facilitar a captação e uso da água. Conforme levantado em trabalho de campo, a construção dessas estruturas demonstra conhecimento tanto sobre as características da geografia local, quanto do modo de ocupação do espaço. No núcleo de habitação do vilarejo de Galeão, todas as fontes possuem o formato de poços verticais, construídos para a captação das águas subterrâneas através de mecanismos artificiais ou naturais (Vasconcelos, 2014, p. 9). Porém, a definição de fonte se estende para outros lugares no entorno da vila, onde a captação e uso d'água pode variar entre o mesmo sistema vertical ou outro horizontal. Esse último consiste em intervenções antrópicas pontuais para ajustar os cursos naturais dos córregos perenes ao melhor aproveitamento do uso e captação das águas adequados aos seus frequentadores.

Em geral, na ilha de Tinharé, o sistema aquífero é bastante próximo à superfície do terreno, favorecendo o surgimento de inúmeras nascentes de águas límpidas. Nos casos mais simples, as fontes na vila de Galeão são buracos cavados no olho d'água sem qualquer revestimento no entorno (conforme pode ser observado na Figura 1), ou, nos casos mais elaborados, um revestimento de concreto é construído total ou parcialmente no entorno da nascente (Figura 2), facilitando a decantação das partículas sedimentares em suspensão e permitindo a captação da água mais límpida. Um terceiro tipo é a construção de uma cisterna. O sistema de cisternas armazena água da nascente em pequenos reservatórios construídos sobre o olho d'água, permitindo o uso durante o período de menos precipitação, quando o nível do lençol d'água é rebaixado (Figura 3). Todavia, os três tipos de estruturas são poços construídos para captar água com menos sedimento arenoso e orgânico.

Um quarto tipo apresenta um sistema de captação e uso d'água horizontal, aproveitando as nascentes ou conjunto de nascentes que formam os córregos ou filetes de água corrente, típicos da restinga. Estes córregos são formados pelo padrão concêntrico de drenagem das águas de diferentes nascentes. Eles também recebem a denominação de "fontes" pelos moradores locais, apesar de não serem poços. Neste caso, a denominação "fonte" é atribuída aos pontos onde a água é canalizada pela construção de pequenas barragens com terra, aproveitando o curso natural do córrego. Estes pontos recebem tal denominação em decorrência das atividades diárias exercidas no local, associadas ao uso de água para lavar roupa, utensílios e alimentos, banhos de pessoas no local ou captação de água para consumo nas unidades domésticas (Figura 4).

Percebe-se então, que as fontes são denominações associadas aos lugares onde ocorrem atividades diárias relacionadas ao consumo de água e desdobradas em diversas formas de sociabilização, que independem da geografia ou do tipo de sistema de captação. Além disso, a relação das fontes com o comportamento cotidiano nas vilas, fazendas e demais áreas ocupadas na ilha de Tinharé, torna estas estruturas um indicador da presença e significado dos sítios arqueológicos do período colonial e pós-colonial na região. Ou seja, as estruturas remanescentes dos pontos de captação e uso d'água denominadas fontes apresentam-se como indicadores de sítios e revelam a distribuição das áreas de atividades e moradias na paisagem da ilha (Guaraldo Almeida, 2018, p. 60).

Estudo sobre padrão de assentamento com base na presença de fontes d'água não é um tema novo na história da arqueologia. Segundo Trigger, desde as pesquisas realizadas por Julian Steward na década de 1930, a importância dos fatores ecológicos na conformação

de sistemas socioculturais de assentamento tornou-se indispensável nos estudos dos arqueólogos e etnólogos (Trigger, 2004, p. 270). Desde então, o fator água é incorporado às pesquisas arqueológicas como parte dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência.

Não obstante, as fontes de Galeão refletem tanto os aspectos naturais como sociais que imperam no modo como os habitantes se relacionam e no processo de formação da paisagem da atual comunidade quilombola. Isto é, os elementos do meio – relacionados ou não ao fator água – são parte dos sistemas simbólico, econômico e tecnológico que tangem as relações humanas e deles com os elementos naturais (Ingold, 2004). A agência que os homens e mulheres exercem nesses sistemas resulta nos marcos presentes na paisagem e nos lugares conhecidos (Zedeño, 2009; Zedeño & Bowser, 2009). Nestes termos, a água é parte do meio e está inserida na rede de relações sociais assim como os demais elementos – sem desconsiderar que seu uso é indispensável –, por isso as fontes, enquanto lugares históricos, contribuem para pensar como ocorreu a configuração do atual núcleo de moradia da vila de Galeão, autorreconhecido como comunidade quilombola.

A formação da vila de Galeão a partir das fontes

No trabalho etnográfico desenvolvido junto aos quilombolas de Galeão, 13 fontes foram mapeadas na vila, sendo dez localizadas no atual núcleo de moradia e outras três na área adjacente ao sul (ver Mapa 1). O núcleo de moradia ocupa uma área de aproximadamente 60 hectares, com praças, portos, escolas, terreiros, igrejas, vias de paralelepípedo, casas de alvenaria, madeira e taipa, ruínas de antigas casas e as fontes.

Segundo o material arqueológico encontrado em superfície e as histórias orais e narrativas históricas obtidas pelo trabalho etnográfico junto aos moradores de Galeão, tudo indica que a atual configuração da vila está diretamente associada ao abandono dos sítios quilombolas no interior da ilha e das áreas de moradia dos escravizados nas antigas fazendas situadas ao longo do canal do estuário, um processo que se estendeu do final da escravidão à década de 1970. Ainda que a análise dos materiais arqueológicos encontrados não tenha sido finalizada até o momento da conclusão desse artigo, as informações orais associado a distribuição dos sítios do tipo fonte revelam indícios relevantes para tecer comentários sobre o processo de formação da atual comunidade quilombola e, conseqüentemente, a configuração do atual núcleo de moradia da vila de Galeão.

Maria Almerinda dos Santos, conhecida como Dona Almerinda, é a anciã mais velha da comunidade de Galeão. Ela nasceu no ano de 1931 em um dos quilombos no interior da

Ilha, mas migrou para as fazendas próximas ao vilarejo quando tinha 12 anos (Santos, 2016). Outra anciã, Dona Antônia Maria dos Santos Souza, conta que nasceu no ano de 1941 na vila de Galeão, mas passou a infância em um desses lugares no interior da ilha, onde seu pai mantinha uma plantação para seu sustento (Souza, 2017). Essas histórias de vida ilustram como a população aquilombada nas matas da ilha ou escravizada nas fazendas foi aos poucos configurando áreas de moradia cada vez mais próximas da vila de Galeão. Um processo paulatino de aproximação e ocupação relacionado à quebra dos entraves da estrutura racista que a sociedade impôs à população negra.

Para a maioria, o final do regime de escravidão não resultou em uma vida livre de perseguições. Fraga Filho relata em seu livro “Encruzilhadas da Liberdade”, como a intensificação da repressão policial e o preconceito em relação aos indivíduos egressos da escravidão contribuíram para que muitos libertos permanecessem nas regiões onde passaram a maior parte da vida, na condição de cativos (Fraga Filho, 2006, cap. 6 e 7). Segundo o historiador afirma, havia a suposição generalizada de que o liberto era um criminoso em potencial, por isso, “um ex-escravo distante de sua localidade de origem podia ser considerado forasteiro e, facilmente, preso como ‘suspeito’ ou vagabundo”. (Fraga Filho, 2006, pp. 248-249). Além disso, laços de parentescos emergidos durante a escravidão foram decisivos para a formação de novas e coesão das antigas comunidades de ex-escravos residentes no interior das fazendas, ou nas vilas e distritos próximos. A escolha de permanecer parece estar vinculada à expectativa de sustentar e até ampliar espaços alternativos que nasceram na escravidão (Fraga Filho, p. 250).

Ainda conforme salienta Fraga Filho, a religião também contribuiu para motivar homens e mulheres a permanecerem nos locais e regiões onde viveram como cativos. Caso exemplar aconteceu durante a grande epidemia de cólera que assolou o litoral e o Recôncavo baiano entre as décadas de 1850 e 1870. Na ocasião, o africano Anacleto Urbano da Natividade teve destacada atuação prescrevendo receitas de ervas aos doentes das cidades de São Felix e Cachoeira. Anacleto era babalorixá da nação nagô e adquiriu o direito de celebrar discretamente os rituais em homenagem a Obaluayê. Com o fim da epidemia, ele recebeu permissão para construir um terreiro na fazenda do seu senhor (membro da família Tosta), às margens do rio Capivari, onde agregou outros filhos de santo (Fraga Filho, p. 251).

Em Galeão, a religião também foi um fator determinante para a escolha dos novos lugares de assentamento dos egressos da escravidão. A história oral dos anciões de Galeão conta que, no início do século XX, a maioria da população habitava o extremo sul da vila,

próximo à sede da fazenda Pigica, a cerca de 1,5 quilômetros da igreja. Segundo os mais velhos, seus pais e avós diziam que “não existia Galeão, só existia Pigica”, porque ninguém habitava a parte alta da vila onde estava a igreja, todos viviam na localidade denominada Pigica, hoje desmembrada em uma fazenda e outros lugares encontrados na parte baixa da Vila. Entre as duas partes existia um grande banhado que foi paulatinamente aterrado e ocupado por casas.

A sede da fazenda Pigica é marcada pela presença de uma fonte particular (do tipo poço). Já no seu entorno outras duas fontes foram mapeadas: a Fonte do Outeiro (poço) e a Fonte de Mara (córrego) (as localizações das três fontes são apresentadas no Mapa 1). Muitos materiais arqueológicos são encontrados próximo à Fonte de Mara e na Fonte Pigica. Tratam-se de inúmeros fragmentos de cerâmica torneada, algumas bordas correspondentes a talhas, potes e alguidares reconhecidos pelo diâmetro e inclinação das bordas, além de panelas e caçarolas identificadas pelas asas e paredes internas vidradas. Os materiais que datam os dois sítios são as moedas. Duas delas foram encontradas no sítio Fonte de Mara, uma de 1756 e outra de 1813 (Figuras 5 e 6), e outras quatro no sítio Pigica, todas da década de 1820 e 1830. Outros materiais que auxiliam na datação são as louças importadas da Inglaterra e Alemanha. Trata-se principalmente de faianças finas produzidas desde o final do século XVIII e durante todo o século XIX em esmalte creamware, pearlware e whiteware e decoração pintada à mão, à mão livre, transfer printing, carimbado, dipped e decalcomania, além de auto-relevo. Em menor quantidade são encontradas louças ironstone brancas sem decoração, popularizadas na segunda metade do século XIX, e as louças brancas nacionais, produzidas no início do século XX nas olarias de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Como dissemos, a análise dos materiais está em andamento, porém sua presença abundante e variedade atestam que ambos lugares foram ocupados por diferentes pessoas, desde o século XVIII até o início do século XIX (Figura 7).

Segundo a história oral, a população que habitava a Fonte de Mara no início do século XX era formada majoritariamente por descendentes de africanos, muitos dos quais incluíam os egressos das senzalas das fazendas e dos quilombos. O distanciamento da elite branca situada na parte alta da vila, próximo à igreja, não era gratuito. Dona Almerinda conta que quando deixou o quilombo no interior da ilha, ela se mudou com seus pais para a localidade “Fonte de Mara”, onde viviam outros de seus parentes. Ela recorda que havia um terreiro de candomblé no local, conhecido como “casa de escravos”. Ela se lembra das festas de santo que aconteciam nesse terreiro. Suas recordações de infância são marcadas pelo som dos batuques que vinham da casa onde aconteciam as cerimônias de candomblé. Um dos

elementos marcados na memória da anciã é o caruru, servido pela yalorixá da casa, Dona Antônia, para homenagear os Ibêjis. A cerimônia em homenagem às crianças acontecia assim como hoje: o caruru é servido para sete crianças com, no máximo, sete anos cada. Elas comem juntas, numa grande gamela de barro, com as mãos (Santos, 2016).

As lembranças de Dona Antônia são da década de 1940, época em que o candomblé foi proibido por lei (entre 1937 e 1945 durante o Estado Novo) (Capone, 2004, p. 231). Dona Almerinda testemunhou as perseguições contra as casas de religião de matriz africana nessa época. Ela conta sobre o episódio em que colocaram fogo na “casa de escravo”, acabando com o candomblé de Dona Antônia e obrigando a mesma a se mudar de Galeão, e outras pessoas se mudarem da Fonte de Mara. Anos depois, Dona Almerinda tornou-se yalorixá e exerceu a função de mãe de santo durante toda sua vida. Atualmente, ela não assume essa posição devido às impossibilidades físicas por conta da idade, mas permanece sendo a principal referência do candomblé em Galeão. Ela mantém um terreiro no bairro denominado Gabiru, onde vive ainda hoje. Este bairro foi formado na periferia do núcleo habitacional de Galeão, cerca de um quilômetro ao sul da igreja. Seus moradores são predominantemente familiares de Dona Almerinda, que habitavam o entorno da Fonte de Mara (Santos, 2016).

O modelo de desenvolvimento espacial dos assentamentos quilombolas elaborados pelo arqueólogo Emmanuel Kofi Agorsah ajuda a entender o processo de formação do bairro Gabiru e toda a configuração do núcleo quilombola de Galeão. Segundo o trabalho etnoarqueológico desenvolvido por ele junto aos povoados dos Nchumuru, na parte norte da bacia do rio Volta, em Gana, e na comunidade de Accompong, na Jamaica, Agorsah afirma que os quilombolas jamaicanos não se limitaram aos fatores geográficos e ambientais relacionados à segurança dos assentamentos clandestinos. Ele elaborou um modelo de comportamento espacial denominado “regras locais” (local rules – LR), o qual enfatiza as relações sociais como fator crucial na configuração espacial dos assentamentos quilombolas e na escolha dos locais de formação desses assentamentos. O arqueólogo registrou o padrão recorrente de agregação de membros da mesma família como principal fator de distribuição das casas ou complexo de casas no assentamento quilombola, na Jamaica, (Agorsah, 1999, p. 48).

Ao ampliar seus estudos para os quilombos no Suriname, Agorsah observou a possibilidade do modelo LR incluir variações temporais e indicar a dinâmica social ao longo da história das atuais comunidades maroons no Suriname. O arqueólogo observou aspectos

de mudanças e permanências nos padrões de assentamento em dois principais períodos que envolvem a história dessa população: antes e depois do tratado de paz firmado entre os quilombolas e o governo colonial, em 1762. Antes desta data, os maroons foram formados a partir de uma estratégia militar e mantinham seus assentamentos no interior da floresta, escondidos longe das margens dos rios principais. No segundo momento, quando deixaram de ser grupos clandestinos, eles foram transferidos para as proximidades dos maiores rios, onde hoje em dia encontram-se as comunidades quilombolas ao longo dos rios Suriname e Saramaka (Agorsah, 2005).

Da mesma forma podemos observar a formação do bairro Gabiru na vila de Galeão. Ao planejar o local de formação dos quilombos no interior da ilha de Tinaré, os responsáveis consideraram aspectos militares envolvendo estratégias de proteção, combate e fuga. Após a abolição da escravidão em 1888, as formas de resistência tiveram que permanecer ativas, ainda que novas estratégias tenham sido adotadas. Seguiu-se um período em que buscou-se ampliar os espaços de autonomia e redes de solidariedades. As pessoas que habitavam os assentamentos quilombolas desejavam sair da clandestinidade e buscaram meios de ampliar sua sociabilização, sem a ameaça das prisões e castigos corporais. No entanto, o temor das punições não cessou por completo. Principalmente o risco de vingança dos antigos senhores, que foram enganados e prejudicados pela fuga do escravizado, permanecia sendo uma ameaça bastante possível de se concretizar. Além disso, a perseguição às manifestações religiosas de matriz africana permaneceu sendo um fator determinante para seus praticantes escolherem locais de moradia afastados das igrejas.

Próximo ao bairro do Gabiru, existem outras três fontes. Ao Norte, a Fonte Chico da Luz era utilizada para beber. Sua denominação homenageia à pessoa que escavou e manteve a estrutura compartilhada por todos. Ao Sul, duas fontes eram utilizadas para banho: a Fonte dos Homens e a Fonte Tapera. Como o próprio nome aponta, a primeira fonte era utilizada pelos homens e a segunda era frequentada pelas mulheres. Nestes lugares, a separação de gênero é rotulada no nome da fonte. Como o entorno das fontes está ocupada por casas de alvenaria, não cabe uma prospecção arqueológica em busca de objetos ou fragmentos. No entanto, os vestígios da estrutura do poço é suficiente para demarcar o lugar e suscitar memórias de quando os homens se banhavam na fonte após uma partida de futebol, ou no final do dia, quando se encontravam ao chegar da roça ou das fazendas de piaçava.

Em oposição ao bairro Gabiru, no extremo norte da vila, a paisagem é marcada por construções históricas da elite branca ligada ao poder administrativo do município e ao clero. Não por acaso, esta é a parte alta onde se originou a antiga vila colonial, no entorno da igreja. Além da igreja, outra construção histórica é a fachada da casa denominada “Quatro Estações” (Figura 9). A edificação está em ruínas, mas sua fachada preserva traços de um estilo eclético, vigente no Brasil do fim do século XIX e meados do século XX. Ela apresenta simetria da porta central e do par de janelas de cada lado. O espaçamento entre as aberturas das portas e janelas lembram colunas e sobre a platibanda encontra-se na parte superior balaústres clássicos e quatro estátuas mitológicas acompanham a simetria dos elementos em destaque. Completa a arquitetura, o frontão com uma voluta na forma de concha bivalve e um coroamento bem peculiar. No todo a fachada tem vários aspectos do ecletismo: dramaticidade, expressividade, emoção, simetria, composição e um excesso de pastiches de diferentes estilos, como uma colagem em desarmonia.

Nenhum elemento remete à realidade da vida ou de fatos históricos locais. Mesmo a concha, um elemento isolado, não é da mesma espécie encontrada na região. A casa construída pela indústria têxtil de Valença no último quartel do século XIX, afirma as diferenças de realidades sociais existentes entre seus proprietários e a maioria dos habitantes locais, africanos ou afrodescendentes. Localizada a menos de 200 metros do sopé do morro da igreja, a fachada da casa marca o espaço histórico ocupado pela elite branca, em uma época em que o final da escravidão era iminente.

Nessa porção da vila existem cinco fontes históricas: a Fonte dos Santos, considerada sagrada, localizada no sopé do outeiro da igreja (número 1 no Mapa 1); a Fonte do Amor, utilizada para beber e localizada próxima à praia; a Fonte de beber e outra de lavar, localizadas na rua da fonte; e a Fonte da Bica, utilizada antigamente para banho em local mais afastado. Os nomes das fontes correspondentes às suas funções de uso sugerem que os frequentadores estavam a serviço de outrem e que a sociabilização poderia estar restrita às suas funções. Da mesma forma, uma única fonte de banhar acusa número reduzido de pessoas que usavam o lugar. Vale lembrar que os proprietários e suas famílias se banhavam em suas casas, com a água que os escravos domésticos buscavam na fonte ou os aguadeiros vendiam. Como vimos, havia uma clara distinção social estabelecida entre os espaços privados (exclusivos) das residências dos homens e mulheres brancas, e o espaço público (comum) das ruas, onde ocorriam as formas de sociabilização da população negra.

Uma sexta fonte localizada pouco mais ao sul, recebe o nome de Fonte do Pasto. Esta é a água mais limpa da vila e ainda hoje é utilizada para beber. A toponímia do lugar sugere ter sido uma área de pasto ou, ao menos, sinaliza o limite da área de moradia da antiga vila colonial. Como os escravizados não possuíam criação de gado, fica claro que a toponímia desses lugares é uma atribuição do referencial de vida da elite branca de posse das terras, mas que dificilmente frequentavam os lugares para além do núcleo de moradia das vilas. Este argumento adquire ainda mais sentido considerando que a cota topográfica da Fonte do Pasto está alinhada no sentido leste/oeste com a cota da casa “Quatro Estações”. A partir desse ponto, segue-se para sul uma baixada formando um banhado. O conjunto desses elementos na paisagem configuram-se como marcos da elite branca de Galeão, que, no final do século XIX, fez questão de diferenciar seu espaço na parte alta em oposição aos egressos da escravidão da parte baixa da Vila.

Completando a relação das fontes mapeadas na vila de Galeão, a Fonte Bom Jardim (número 7 no Mapa) encontra-se justamente na antiga área de banhado, no meio da atual vila, mas antigamente considerado um local de difícil acesso. Segundo relato oral da população, a Fonte Bom Jardim era uma das “fontes sagradas”, onde as beatas lavavam as peças e imagens da igreja. Tal descrição justifica sua localização em um ponto isolado da antiga vila colonial.

Conclusão

Não se sabe ao certo por que os brancos deixaram de morar na Vila de Galeão após a abolição. Documentos históricos levantados deste período relatam os problemas econômicos enfrentados pela câmara municipal na segunda metade do século XIX. A escassez das matas e dos nutrientes da terra prejudicaram as atividades econômicas mais praticadas no município. Outro fator que provavelmente contribuiu para a evasão dos homens e mulheres brancas de posses de Galeão, foi o surto de epidemias que assolou o litoral baiano no mesmo período (David,1996). A falta de estrutura para combater a epidemia pode ter sido uma razão crucial para as famílias de posses terem se mudado para as grandes cidades próximas.

Para além das especulações, é certo que a escassez de escravizados após 1850 levou pequenos e empobrecidos proprietários adotarem o sistema de arrendamento de terras para suprir as dificuldades cada vez maiores da carência de mão-de-obra. Em muitas fazendas da região litorânea da Bahia, cativos conseguiram a liberdade mediante negociação com os

senhores, que lhes sediam pequenos lotes de terras para, assim, evitar a sua migração rumo a outras paróquias, ao tempo em que recebiam pagamentos em moeda, em gêneros agrícolas ou em pescados (Costelluci Junior, 2010, p. 69). A história oral relata a figura de sucessivos coronéis que, até a década de 1970, mantiveram casas na vila para passarem temporadas, mas moravam na sede do município ou nas cidades vizinhas. Aos poucos, a área de banhado foi aterrada e casas e ruas construídas interligando a parte alta com a parte baixa. Nos últimos vinte anos, houve um adensamento populacional com a migração de pessoas de fora da vila que ocuparam a parte alta, próximo à igreja, onde havia menos residências. Essas pessoas estabeleceram relações de parentesco com os moradores locais e hoje toda a população da vila de Galeão é auto-reconhecida como comunidade quilombola. Mas as terras das fazendas e da própria vila ainda hoje são propriedades de grandes latifundiários que moram nas cidades da região ou nas capitais e impedem o processo de titulação do território quilombola.

Percebe-se que traços estruturantes das relações históricas entre brancos e negros continuam preservados e marcados na paisagem de Galeão, assim como as fontes e demais estruturas históricas estão preservadas na memória dos habitantes locais. No tempo da escravidão, as fontes eram lugares frequentadas exclusivamente pelos escravizados e livres pobres. Enquanto lugares públicos, elas eram mais do que apenas lugares de trabalho ou passagem. Para os escravizados e escravizadas, eram lugares de encontro e sociabilização. Lugares onde os escravos e escravas ficavam livres do olhar vigilante do senhor. As fontes eram lugares para confabulação, compartilhar casos e segredos, estabelecer e reforçar parcerias, levar e trazer mensagens, planejar fugas ou solicitar auxílio ao fugitivo. Ou seja, as fontes são sítios arqueológicos que contam a história de africanos e afrodescendentes no contexto diaspórico.

Em Galeão, onde a relação entre os escravizados e seus algozes eram próximas, as fontes foram lugares de autonomia na vida diária dos escravizados e seus descendentes. A permanência dessas estruturas na paisagem revela mais do que apenas necessidade de recursos. As memórias e significados que tais lugares remetem estão diretamente associadas à forma de ocupação do espaço e formação da paisagem cultural. Muito ainda há por ser pesquisado, porém está claro que a relação dos moradores de Galeão com estes sítios arqueológicos evidencia uma história de resistência no processo de formação da comunidade quilombola (Orser Jr. & Funari, 2001). Desta forma, a arqueologia contribui para pensar esse processo, incluindo os fatos ocorridos no período pós-abolição, quando a documentação escrita deixa de relatar suas histórias e presenças, ainda que as relações,

territórios, histórias orais, materialidades e outras estratégias de resistência do povo negro tenham permanecido ativas e em processo de expansão.

Bibliografia¹

Fontes primárias:

Posturas, 1831. Seção de arquivos Colonial/ Provincial. Maço 856. Câmara de Cairu, 21 de outubro, Arquivo Público do Estado da Bahia.

Posturas, 1859. Seção de arquivos Colonial/ Provincial. Maço 856. Câmara de Cairu, 17 de setembro, Arquivo Público do Estado da Bahia.

Posturas, 1872. Seção de arquivos Colonial/ Provincial. Maço 856. Câmara de Cairu, 22 de março, Arquivo Público do Estado da Bahia.

Entrevistas:

Santos, M. A. dos. (2016). Conversa pessoal com Fabio Guaraldo Almeida e Silvio Campos, na vila de Galeão, Cairu, Bahia, 27 de agosto.

Souza, A. M. dos S. (2017). Conversa pessoal com Fabio Guaraldo Almeida, na vila de Galeão, Cairu, Bahia, 3 de junho.

Fontes secundárias:

Agorsah, E. K. (1999). Ethnoarchaeological Consideration of Social Relationship and Settlement Patterning Among Africans in the Caribbean Diaspora. Em J. B. Haviser, *African sites archaeology in the Caribbean* (pp. 38-64). Markus Wiener Publishers Princeton/ Ian Randle Publishers Kingston. Fonte: <https://pdfs.semanticscholar.org/f5b4/8997bc48c4dabb589f658adb7265b4a1cfba.pdf>

Agorsah, E. K. (2005). Tracking Down The Marrons: Archaeo-Geography Of Marronage In The Caribbean. Em C. T. María, & M. A. (Org.), *XX Congreso Internacional de Arqueología del Caribe*. (pp. 731-742). Santo Domingo, República Dominicana: Museo del Hombre

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Associação dos Amigos da Comunidade Quilombola de Galeão – AMEG. Agradecimento especial à Dona Almerinda e Dona Antônia, duas anciãs guardadoras de histórias e sabedorias da comunidade quilombola de Galeão. Ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Tecnologia e Território do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (LINTT/MAE/USP) pelo suporte da pesquisa e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia da Universidade Estadual de Santa Cruz (NEPAB/UESC), em Ilhéus, pelo fornecimento do endosso institucional. A colega Luciana Angélica de Sá Machado, pelas orientações sobre o tema específico da arquitetura histórica.

Dominicano/ Fundación García Arévalo.

- Agostini, C. (2002). Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras do Oitocentos. Em A. Zarankin, & M. X. Senatore (Org.), *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas* (pp. 19-30). Buenos Aires: Ediciones del Tridente. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/261403521_Entre_senzalas_e_quilombos_comunidades_do_mato_em_Vassouras_do_oitocentos
- Agostini, C. (2013). Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. Em C. Agostini (Org.), *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (pp. 59-81). Rio de Janeiro: Sete Letras Ed. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/261403295_Estrutura_e_liminaridade_na_paisagem_em_cafeeira_do_seculo_XIX
- Alencastro, L. F. (2000). *O Tratado dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Almeida, A. W. (1998). Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. Em S. Leitão (Ed.), *Direitos territoriais das comunidades negras rurais* (pp. 11-18). Brasília: Documentos do ISA. Fonte: <https://www.socioambiental.org/pt-br/isa/publicacoes/doc-isa-05-direitos-territoriais-das-comunidades-negras-rurais>
- Armstrong, D. V. (1990). *The Old Village and the Great House: An Archaeological and Historical Examination of Drax Hall Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica*. Urbana: University of Illinois Press.
- Ashmore, W. (2009). Biographies of Places at Quiriguá, Guatemala. Em B. J. Zedeño, *The Archaeology of Meaningful Places* (pp. 15-31). Salt Lake City: University of Utah Press. Fonte: https://www.academia.edu/5272194/Biographies_of_Place_at_Quirigua_Guatemala_2009_
- Binford, A. (1982). The Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology*, 1, pp. 5-31.
- Campos, J. S. (1981 [1937]). *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- Capone, S. (2004). *A busca da África no Candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Costa e Silva, A. (2006). *A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses (3ª revisada e ampliada ed.)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Costa, A. d. (1989). *Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX*. Salvador: Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Fonte: https://archive.org/details/ekabo_201601
- Costa, D. M. (2016). Archaeology of the African Slaves in the Amazon. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5, 198-221.
- Costa, D. M. (2017). Historical Archaeology in the Amazon: the Murutucu Sugar Cane Mill Field School Project. *International Journal of Historical Archaeology*, pp. 1-16. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/314244365_Historical_Archaeology_in_the_Ama

zon_the_Murutucu_Sugar_Cane_Mill_Field_School_Project

- Costelluci Junior, W. (2010). Tramas, terra e liberdade: família escrava e alforrias na ilha de Itaparica no século XIX. (CEAO/FFCH/UFBA, Ed.) *Afro-Asia*, 42, 63-107. Fonte: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21210>
- Cruz, R. L. (2010). Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no Sul da Bahia. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA*, 1-13.
- Cuddy, T. W., & Leone, M. (2008). New Africa: understanding the americanization of African descent groups through archaeology. Em C. Ferguson (Ed.), *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging Descendent Communities* (pp. 203-223). Lanham: Altamira Press.
- Darvill, T. (1999). The historic environment, historic landscape, and space-time-action models in landscape archaeology. Em P. Ucko, R. Layton, & O. W. Archaeology (Ed.), *The Archaeology and Anthropology of landscape. Shaping your landscape* (pp. 104-118). London and New York: Routledge.
- David, O. R. (1996). *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX (1ª. ed. ed.)*. Salvador: EDUFBA / Sarah Letras.
- Delle, J. A. (1998). *An Archaeology of Social Space: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press.
- Dias, M. H. (2007). *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial*. Niterói: Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Fonte: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf
- Dias, M. H. (2016). A Capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. Em M. H. Dias, & Â. A. Carrara, *Um lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau*. (pp. 47-116). Ilhéus: Editus. Fonte: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2/um_lugar_na_historia_digital.pdf
- Epperson, T. (2000). Panoptic Plantations: The Garden Sights of Thomas Jefferson and George Mason. Em J. A. Delle, R. Paynter, & S. A. Mrozowski, *Lines That Divide: Historical Archaeologies of Race, Class and Gender* (pp. 58-77). Knoxville: University of Tennessee Press.
- Fairbanks, C. H. (1984). The Plantation Archaeology of Southeastern Coast. *Historical Archaeology*, 18(1), pp. 41-65.
- Ferreira, L. M. (2011). Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas interfaces. *Vestígios. Revista Latino Americana de Arqueologia. Laboratório de Arqueologia- UFMG.*, 5, 7-23.
- Fonseca, M. V. (2002). *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição de escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF.
- Fraga Filho, W. (2006). *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870*

- 1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

- Funari, P. P. (2008). O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas. VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, patrocinado pela Presidência da República, em Brasília, nov/2007. 3, pp. 1-15. Brasília: E-Premissas.
- Gomes, F. (2013). Outras cartografias da plantation: espaços, paisagens e cultura material no sudeste escravista. Em C. Agostini (Org.), *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (pp. 83-103). Rio de Janeiro: Sete Letras Ed.
- Gomes, F. d. (2015). *Mocambos e quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma.
- Graham, S. L. (1992 [1988]). *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guaraldo Almeida, F. (2018). A dinâmica da paisagem quilombola a partir dos sítios históricos e relações dos afrodescendentes da comunidade de Galeão, na ilha de Tinharé, Bahia: uma abordagem interdisciplinar entre arqueologia, história e etnografia. *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas*, 18, 39-67. Fonte: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/2580>
- Gusmão, N. M. (1995). Terra de uso comum: oralidade e escrita em confronto. *Afro-Asia (UFBA)*, 16, 116-132. Fonte: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20850>
- Gusmão, N. M. (1996). *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/ Fundação Cultural Palmares.
- Holl, A. (2019). Place, Grave, and People: Archaeology of New York African Burial Ground (ca 1650-1796). Em V. S. Santos, L. C. Symanski, & A. Holl (Org.), *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana* (pp. 41-84). Curitiba, PR: Brazil Publishing.
- Ingold, T. (2000). Landscape temporality. Em T. Ingold, *Perception of Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill* (pp. 189-208). London and New York: Routledge.
- Ingold, T. (2004). Two reflections on ecological knowledge. Em G. Ortalli, & G. Sanga (Ed.), *Nature knowledge: ethnoscience, cognition, identity* (pp. 301-311). New York: Berghahn.
- Ingold, T. (2010). No more ancient; no more human. Em D. G. (eds), *Archaeology & Anthropology*. (pp. 160-170). Oxford: Oxbow Books.
- Lane, P. (2006). Present to past. Ethnoarchaeology. Em C. Tilley, W. Keane, S. Küchler, M. Rowlands, & P. Spyer (Ed.), *Handbook of material culture* (pp. 402-424). Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washintown DC: SAGE. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/293077502_Present_to_past_Ethnoarchaeology
- Lane, P. J. (2008). The use of ethnography in landscape archaeology. Em B. David, & J. Thomas (Ed.), *The Handbook of Landscape Archaeology* (pp. 237-244). Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Lapa, J. R. (1968). *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Nacional.
- Lapa, J. R. (1991). *O Sistema Colonial*. São Paulo: Ática.

- Leite, I. B. (2008). O Projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, 16, pp. 965-977. Fonte: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015>
- Lima, T. A. (2013). Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 7, 177-204. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/324624728_Arqueologia_como_acao_sociopolitica_o_caso_do_Cais_do_Valongo_Rio_de_Janeiro_seculo_XIX
- Lima, T. A., Souza, M. A., & Sene, G. M. (2014). Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 3, pp. 103-133. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/286240980_Weaving_the_Second_Skin_Protection_Against_Evil_Among_the_Valongo_Slaves_in_Nineteenth-century_Rio_de_Janeiro
- Martins, J. d. (2010). *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto.
- Masolo, D. A. (2010). Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. Em B. V. Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologia do Sul* (pp. 313-339). São Paulo: Cortez.
- Miller, D. (2005). Materiality: An introduction. Em D. M. (Ed.), *Materiality* (pp. 1-50). Duke University Press. Fonte: <https://muse.jhu.edu/book/70060>
- Nunes Neto, F. A. (2014). Entre fontes, chafarizes e o dique: a introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador. *Revista FSA*, 11, 134-157. Fonte: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/657/0>
- Oliver, J. (2010). *Landscape and Social transformations on the Northwest coast. Colonial Encounters in the Fraser Valley*. Tucson, Arizona: The University of Arizona Press.
- Orser Jr., C. E., & Funari, P. P. (2001). Archaeology and slave resistance and rebellion. Em Taylor, F. (Published), & WorldArchaeology (Ed.), *The Archaeology of Slavery* (Vol. 33, pp. 61-72). London and New York: Routledge. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/238400045_Archaeology_and_slave_resistance_and_rebellion
- Pearson, M. P., Ramilisonina, & Retsihisatse. (2011). Ancestors, forests and ancient settlements: Tandroy readings of the archaeological past. Em P. Ucko, R. Layton, & O. W. Archaeology (Ed.), *The Archaeology and Anthropology of Landscape. Shaping your landscape* (pp. 399-410). London and New York: Routledge.
- Price, R. (1996). *Palmares como poderia ter sido*. Em J. J. Reis, & F. d. Gomes, *Liberdade Por um Fio* (pp. 52-59). São Paulo: Cia das Letras.
- Schwartz, S. B. (2001). *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC.
- Singleton, T. (2015). *Slavery Behind the Wall: An Archaeology of a Cuban Coffee Plantation*. Gainesville: University Press of Florida.
- Singleton, T. A. (2010). Liberation, and emancipation: constructing a postcolonial archaeology of the African diaspora. Em J. Lydon, & U. Z. Rizvi, *Handbook of Postcolonial Archaeology* (pp.

185-198). Walnut Creek: Left Coast Press INC.

Souza, M. A. (2016). Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5, pp. 147-173. Fonte:

https://www.researchgate.net/publication/305795392_Behind_Closed_Doors_Space_Experience_and_Materiality_in_the_Inner_Areas_of_Brazilian_Slave_Houses

Stewart, A. M., Keith, D., & Scottie, J. (2004). Caribou Crossings and Cultural Meanings: Placing Traditional Knowledge and Archaeology in Context in an Inuit Landscape. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 11, 183-211. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/225836739_Caribou_Crossings_and_Cultural_Meanings_Placing_Traditional_Knowledge_and_Archaeology_in_Context_in_an_Inuit_Landscape

Symanski, C. (2010). Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, 14, pp. 295-312. Fonte: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4728>

Symanski, L. C. (2012). The Place of Strategy and the Space of Tactics: structures, artifacts and power relations on sugar plantations of West Brazil. *Historical Archaeology*, 46, 124-148.

Symanski, L. C., & Gomes, F. d. (2019). Rebeliões, ferreiros e cultura material: transcrições escondidas e a materialidade da resistência nas fazendas de café do Vale do Paraíba. Em V. S. Santos, L. C. Symanski, & A. Holl (Org.), *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana* (pp. 261-310). Curitiba: Brazil Publishing.

Tavares, R. (2012). Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Departamento de Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fonte: [http://www.pretosnovos.com.br/dropbox/textos/Nota%20de%20Pesquisa%20Cemit%C3%A9rio%20dos%20Pretos%20Novos%20\(atualizada\)%20final.pdf](http://www.pretosnovos.com.br/dropbox/textos/Nota%20de%20Pesquisa%20Cemit%C3%A9rio%20dos%20Pretos%20Novos%20(atualizada)%20final.pdf)

Tilley, C. (1994). Space, Place, Landscape and Phenomenologia Perspectives. Em C. Tilley (Ed.), *A phenomenology of landscape: Places, paths and monuments* (pp. 7-34). Oxford: Berg Publishers.

Trigger, B. G. (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora.

Vasconcelos, M. B. (2014). Poços para captação de águas subterrâneas: revisão de conceitos e proposta de nomenclatura. *Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*, (pp. 1-12). São Paulo. Fonte: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/28288>

Zedeño, M. (2008). The archaeology of Territory and Territoriality. Em B. David, & J. Thomas, *The Handbook of Landscape Archaeology (World Archaeological Congress Research)* (pp. 210-217). Walnut Creek, Califórnia: Left Coast Press.

Zedeño, M. N. (2009). On What People Make of Places: A behavioral cartography. Em B. J. Bowser, & M. N. Zedeño, *The Archaeology of the Meaningful Places* (pp. 97-111). Salt Lake city: University of Utah Press.

Zedeño, M., & Bowser, B. (2009). The Archaeology of the Meaningful Places. Em B. J. Bowser, & M. N. Zedeño, *The Archaeology of the Meaningful Places* (pp. 1-14). Salt Lake city: University of Utah Press.

Lista de Figuras



Figura 1: Fonte da Bica (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)



Figura 2: Fonte do Outeiro (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)



Figura 3: Fonte dos Homens (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)



Figura 4: Fonte de Mara (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)



Figura 5: Moeda colonial do século XVIII encontrada na Fonte de Mara (Foto: Sílvio Campos)



Figura 6: Moeda colonial do século XIX, encontrada na Fonte de Mara (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)



Figura 7: Materiais arqueológicos na Fonte de Mara (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)



Figura 8: Fachada da casa Quatro Estações, na vila de Galeão (Foto: Fabio Guaraldo Almeida)